

# **A SEXUALIDADE DA MULHER CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

TEIXEIRA, Iotti Ildiana

Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde de Garça - FAEF/FASU –  
GARÇA/SP - BRASIL

E-mail: [iottit@hotmail.com](mailto:iottit@hotmail.com)

MOREIRA, Simone Alves Cotrin

Orientadora Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde de Garça –  
FAEF/FASU – GARÇA/SP – BRASIL

e-mail: [saudemental.smhs@terra.com.br](mailto:saudemental.smhs@terra.com.br)

## **RESUMO**

Este estudo tem como objetivo propor uma reflexão sobre o campo dos estudos feministas e de gênero, através de revisão de literatura, abordando os aspectos históricos a respeito do movimento de independência das mulheres. Assim, ressaltando as principais barreiras à realização da autonomia feminina, que envolve concepções culturais e religiosas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento feminista, mulheres e sexualidade.

## **ABSTRACT**

This study aims at proposing a reflection on the field of feminist studies and gender through a review of literature addressing the historical aspects regarding the independence movement of women. Thus, highlighting the main barriers to the realization of female autonomy, involving religious and cultural concepts.

**KEY WORDS:** Feminist movement, women and sexuality.

## **1. INTRODUÇÃO**

Desigualdade é uma construção de séculos de dominação, sendo que sua desconstrução é um desafio sempre presente aos sujeitos políticos. Assim sendo, é necessário que os segmentos historicamente excluídos do poder construam novas hegemonias que permitam sair da situação de desigualdade em que se encontram. Portanto, o desenvolvimento desta pesquisa procura obter conhecimentos da trajetória das lutas femininas, e da formação de grupos e movimentos feministas, que contribuíram para o desenvolvimento de políticas de igualdade, mudanças de valores, ampliando as perspectivas e fatores que trouxeram a condição em que vive a mulher na sociedade contemporânea.

A idéia de inferioridade feminina pode ser encontrada nos mitos de criação da humanidade: Pandora e Eva. Constata-se, ao analisar esses mitos, que ambas foram desobedientes aos seus Deuses, e ambas foram castigadas com sinais de submissão ao homem e levando desgraças a humanidade (BELLO,2001).

Segundo Alambert (1997), a idéia defendida na Idade Média por alguns pensadores era que a inferioridade da mulher se dava pela sua condição biológica, que era mais fraca fisicamente, menos dotada intelectualmente e fadada a ter filhos. Entretanto, temos a convicção de que a mulher não é menos fadada intelectualmente por várias contribuições no plano intelectual; com o avanço científico e tecnológico, constatamos que a força física perde muito sua importância. E, claro com os métodos contraceptivos, a gravidez não se torna mais uma fatalidade e sim uma opção.

Porém, Dowling (1986) aponta que a questão de inferioridade feminina alcança patamares psicológicos e remete ao Complexo de Cinderela que, segundo a autora, seria:

... uma rede de atitudes e temores profundamente reprimidos que retém as mulheres numa espécie de penumbra e impede-as de utilizarem plenamente seus intelectos e criatividade. Como Cinderela, as mulheres de hoje ainda esperam por algo externo que venha transformar suas vidas (DOWLING, 1986, p. 26).

A mesma autora, completando sua análise sobre o papel feminino, considera que a sexualidade da mulher é tão castrada que ela precisa da desculpa do amor para sentir prazer com o outro. E esta análise soma-se a fatores religiosos, culturais e morais.

Este estudo foi desenvolvido através de pesquisa e levantamento bibliográfico junto ao acervo da Biblioteca da Faculdade de Ciências da Saúde - FAEF – FASU- Garça e Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho ” – UNESP, Campus de Marília, bem como, em estudos publicados pela Internet, artigos em revistas, periódicos e outros textos que retrate a temática.

Teve como objetivo propor uma reflexão sobre o campo dos estudos feministas e de gênero, através de revisão de literatura, abordando os aspectos históricos a respeito do movimento de independência das mulheres. Assim,

ressaltando as principais barreiras à realização da autonomia feminina, que envolve concepções culturais e religiosas.

## **2. O FEMINISMO E SUA TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS DAS MULHERES**

No ano de 1280 antes de Cristo, no Livro Sagrado da Índia usado para instituições civis e religiosas, num código conhecido como Leis de Manu, encontra-se a primeira organização geral da sociedade sob a forte motivação religiosa e política, com uma série de preceitos sobre determinações, valores e rigor moral. Este Código, entendido como uma compilação das civilizações mais antigas, apresentava diversas normas sobre o casamento e, ainda, sobre a condição da mulher, remetendo-a à opressão, repressão, total dependência e submissão ao homem, destacando a inferioridade feminina. Esse Código, ainda, é utilizado em algumas regiões da Índia (LOI, 1988).

O mito da Virgem Maria é um forte elemento psicológico que influencia na relação de prazer da mulher com o mundo. Bello (2001) afirma que esse mito é um dos arquétipos mais cruéis sobre as mulheres; pois, atribui à mulher o caráter de santificada, de sagrada perante o ato sexual, pois seria a Virgem Maria a mais pura, aquela que foi mãe sem cometer o pecado original e esta seria o exemplo de todas as mulheres.

Ainda de acordo com Bello (2001), os tempos da Inquisição Católica Romana foram uma das maiores tragédias que ocorreram na História da Humanidade. Em nome da fé e da Igreja Católica, os sacerdotes católicos montaram um esquema enorme para matar todos aqueles que eram considerados "hereges", na Europa.

O mesmo autor acrescenta que, não havia um critério para a definição do que era heresia. Esta era definida da forma como Roma quisesse definir; assim, abrangia desde pessoas que discordavam da política oficial, aos filósofos herméticos (praticantes de Magia Negra), judeus, bruxas e os reformadores protestantes. Nesse entendimento, muitas mulheres foram queimadas vivas, por serem consideradas bruxas.

Como pontua Foucault (1996), a sexualidade, além de biopsicológica, também é uma forma de manifestação social e histórica, não se podendo abandonar seu contexto sociocultural. Ele afirma que:

Para a Igreja Católica, a sexualidade é, ainda em dias atuais, concebida segundo o paradigma filosófico de São Tomás de Aquino. A representação social hegemônica da identidade feminina disfarça os desejos, as ambiguidades, as ambivalências, tornando o corpo um corpo dominado, que deve incorporar os modelos do consenso social, pautado num destino social reservado há muito tempo, sem deixar espaços para outros caminhos (FOUCAULT, 1996, p.48).

. Para Giddens (1993), o amor romântico é tipicamente feminino, restando aos homens as práticas de sedução e conquista. Segundo o autor, cabe ainda às mulheres suavizar a natureza grosseira e instável de seus companheiros. O prazer da mulher está ligado ao sentimento de amor e maternidade.

Na evolução do pensamento da mulher sobre sua identidade biopsicológica e sociocultural, surgiu o feminismo. Este pode ser considerado um importante instrumento de luta das mulheres por sua libertação, criado e desenvolvido em estreita conexão com o grau de desenvolvimento material e cultural de cada sociedade, e seus reflexos na condição de vida e consciência das mulheres.

A primeira manifestação do feminismo compreende segundo Alambert (2000), o século XII e XIII, constituída de apenas alguns discursos realizados por homens e mulheres ilustres da época a respeito dos direitos das mulheres, na sociedade antiga e medieval.

Como aponta Alambert (2000), por volta de 1495, ocorreram as primeiras manifestações em prol da defesa dos direitos da mulher e muitos foram aqueles que defendiam a igualdade entre os sexos. Nesse período, surgiu o primeiro tratado feminista: *Cidade das Mulheres*, defendendo a igualdade entre os sexos por sua própria natureza. Mais tarde, surgem duas obras polêmicas, escritas por Marie de Gournay \_ considerada a primeira feminista do século XVII, escrevendo: *A igualdade dos homens e mulheres e a Assinatura das senhoras*, obras cuja temática consistia em reflexões sobre a situação de inferiorização das mulheres, reivindicando a seriedade e o respeito com a figura feminina.

Alambert (2000) menciona que, em 1791, surgiu a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, escrita por Olympe de Gouges. Esta escritora foi guilhotinada em Paris, em 03 de novembro de 1793, devido aos seus escritos e atitudes pioneiras, na Praça da Revolução, pondo fim, à participação feminina na esfera pública.

Em 1792, surgiu na Inglaterra, Mary Wollstonecraft, uma das mais relevantes vozes do feminismo, pioneira do moderno feminismo. Lutava pela educação como um caminho para as mulheres conquistarem um melhor "status" econômico, político e social. Defendia não apenas que elas tinham direito à educação, como afirmava que da igualdade na formação de ambos os sexos, dependia o progresso da sociedade como um todo (ALAMBERT, 2000).

Na década de 60 do século XX, a data de 08 de março foi escolhida com o dia comemorativo da mulher e se consagrou nas décadas seguintes.

No Brasil, no começo de século XX, o movimento feminista recebeu impulso, a partir da fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sob a liderança de Berta Lutz, líder sufragista brasileira que se uniu a um grupo de mulheres da burguesia para reivindicar o direito de voto. A luta feminina pelo direito ao voto foi liderada por Berta Lutz, considerado o movimento decisivo para essa conquista.

Como fruto de incessante luta, Berta Lutz acabou sendo responsável pela aprovação do Novo Código Eleitoral, em 1932, no Governo de Getúlio Vargas. Nesse movimento, mulheres se engajaram na conquista de seus direitos, entre eles: a regulamentação do trabalho feminino, a igualdade salarial, a proibição de demissão em razão de gravidez e o direito ao voto. Este somente foi concedido em 1933 e garantido na Constituição de 1934, mas só veio à prática após a queda da ditadura getulista. As mulheres votaram pela primeira vez, em 1945 (ALAMBERT, 1997).

Um importante direito foi conquistado quando o Estado, cumprindo seu papel, sanciona-se a Lei n 11.340, decretada pelo Congresso Nacional, conhecida como Lei Maria da Penha e sancionada pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006. Dentre as várias mudanças promovidas pela Lei está o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher, quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar (FIGUEIREDO,2010).

A Lei Maria da Penha entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006, e recebe este nome em homenagem a uma mulher cearense que ficou paraplégica devido a agressão doméstica cometida pelo seu ex-marido.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

São evidentes as mudanças e os enfrentamentos vivenciados pelas mulheres e a evolução do papel feminino ao longo da História, apesar de ocorrer, ainda nos dias de hoje situações de preconceito, submissão e inferioridade, porém, bem menos que antes.

Muitas vitórias foram conquistadas pelas lutas das mulheres, e essas vitórias nos proporcionam hoje alguns direitos e liberdades, tais como o voto: a legalização do trabalho feminino, mais igualdade salarial, o direito à satisfação sexual, o direito de participar na política e adentrar no mercado em profissões antes somente confiadas a homens. Enfim, várias conquistas no campo dos direitos humanos, levando a mulher a ter mais autonomia e responsabilidade sobre sua vida.

A liberdade de escolha se ampliou e uma diversidade de opções se abriu, levando a mulher contemporânea a conciliar sexualidade e espiritualidade, vida pública e vida privada, e liberdade com felicidade.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALAMBERT, Zuleika. **Mulher – Uma trajetória épica – Esboço histórico** – (da antiguidade aos nossos dias). São Paulo: IMESP, 1997.

ALAMBERT, Zuleika. **8 de Março de 2000 – Dia Internacional da Mulher**. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo: IMESP, 2000.

BELLO, José Luiz de Paiva. O poder da religião na educação da mulher. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/mulher02.htm>>. Acesso em: 24 out 2010.

DOWLING, Colette. **Complexo de Cinderela**. 43. ed. Tradução de Amarylis Eugênia F. Miazzi. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

FIGUEIREDO, Vicente Cardoso de. Lei Maria da Penha, políticas públicas e criminalização. De quem é a culpa do faz-de-conta?. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2076, 8 mar. 2009. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/12426>>. Acesso em: 7 out. 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. – São Paulo: EDUNESP, 1993.

LOI, Isidoro. **A mulher**. São Paulo: Jabuti, 1988.